

# BJIR

Brazilian Journal of  
International Relations

ISSN: 2237-7743 | Edição Quadrimestral | volume 4 | edição nº 1 | 2015

*As consequências da crise na Síria  
para o Irã: impactos para sua  
estratégia regional e no Eixo de  
Resistência*

Paulo Fagundes Visentini,  
Willian Moraes Roberto

 Igepri  
Instituto de Gestão Pública e  
Relações Internacionais

 unesp  
Universidade Estadual Paulista  
"Júlio de Mesquita Filho"

A Brazilian Journal Of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA),  
EBSCO Publishing e Latindex

## AS CONSEQUÊNCIAS DA CRISE NA SÍRIA PARA O IRÃ: IMPACTOS PARA SUA ESTRATÉGIA REGIONAL E NO EIXO DE RESISTÊNCIA

Paulo Fagundes Visentini<sup>1</sup>  
Willian Moraes Roberto<sup>2</sup>

**Resumo:** Desde o estopim da crise na Síria, o Irã, um dos Estados de maior importância no Oriente Médio, tem sua estratégia de inserção regional abalada. Junto de Damasco, uma das mais antigas aliadas da República Islâmica, Teerã consagrou um arco de relações que pode ser denominado Eixo de Resistência, o qual compartilha de visões e objetivos políticos, como a contestação às políticas hegemônicas dos EUA e de Israel no Oriente Médio e uma hostilidade a países árabes a eles aliados. Este artigo aponta que por ser uma das peças-chaves nesta articulação, a Síria teve sua crise interna transformada em um conflito regional devido ao alto nível de penetração externa de diferentes países, que passaram a interferir nos assuntos do país a fim de enfraquecer o Eixo de Resistência como um todo. Será analisado a origem e os motivos da fundação dessa articulação política centrada no Irã e como esta se transformou em peça central para a estratégia regional de Teerã. Argumenta-se que uma das principais consequências para o Irã da internacionalização do conflito na Síria será uma maior vulnerabilidade para sua posição regional, resultando em razões para que haja uma moderação em sua política externa.

**Palavras-Chave:** Irã, Síria, Oriente Médio, Eixo de Resistência, Hezbollah, Hamas.

### THE CONSEQUENCES OF THE SYRIAN CRISIS FOR IRAN: IMPACTS TO ITS REGIONAL STRATEGY AND FOR THE RESISTANCE AXIS

**Abstract:** Since the outbreak of the crisis in Syria, Iran, one of the most important states in the Middle East, has had its regional strategy shaken. Alongside with Damascus, one of the Islamic Republic's oldest ally, Tehran consecrated an arch of relations that may be called Resistance Axis, which shares political objectives and views, such as the contestation of US and Israel's hegemonic policies in the Middle East as well as hostility in relation to Arab countries allied to them. Such article points for the fact that for being a key member in this articulation, Syria had its internal crisis transformed into a broader regional conflict due to the high level of foreign interference in the country's affairs in order to weaken the Resistance Axis as a whole. It will be discussed the origin and the reasons for the foundation of this Iran-centered political articulation and how it became central to Tehran's regional strategy. It is argued that one of the main consequences for Iran of the Syrian conflict internationalization is a position of higher vulnerability for its regional presence, resulting in reasons for it to adopt moderation in its foreign relations.

**Key-words:** Iran, Syria, Middle East, Resistance Axis, Hizbullah, Hamas.

---

<sup>1</sup> Professor Titular de Relações Internacionais da UFRGS. Doutor pela USP e Pós-Doutorado em Relações Internacionais pela London School of Economics. Pesquisador do CNPq, Coordenador do Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT/UFRGS) e Editor da Revista Austral: Brazilian Journal of Strategy and International Relations. Contato: [paulovi@ufrgs.br](mailto:paulovi@ufrgs.br)

<sup>2</sup> Graduado em Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pesquisador do Núcleo Braspaulogfv@terra.com.brileiro de Estratégia e Relações Internacionais. Tem interesse nos seguintes temas: Segurança Internacional, Multipolaridade, Oriente Médio, Irã, Síria, Norte da África. Contato: [willianmroberto@gmail.com](mailto:willianmroberto@gmail.com)

A República Islâmica do Irã é um dos Estados de maior importância para a região do Oriente Médio. Além de estar envolvido em quase todas as dinâmicas securitárias regionais, o país destaca-se pela posição política predominante que adotou desde a Revolução Iraniana de 1979: contestação à posição hegemônica dos Estados Unidos da América (EUA) no Oriente Médio, rejeição ao Estado de Israel e antagonismo a países árabes pró-Occidente – como Egito, Arábia Saudita e Jordânia (MOHNS; BANK, 2012). Não só o Irã adotou esta nova postura como também se envolveu em relações estratégicas com outros atores da região que compartilhavam da mesma visão e possuíam interesses similares. Construiu-se assim um arco de relações e alianças cujos elos se contrapunham às políticas do Ocidente e de seus aliados no Oriente Médio, conhecido como “Eixo de Resistência”.

A primeira década do século XXI trouxe um aumento da influência de Teerã na região, principalmente depois da invasão estadunidense ao Iraque em 2003 – que iniciou a erosão da influência de Washington no Oriente Médio – e da resistência do Hezbollah, aliado iraniano, na guerra contra Israel em 2006. Entretanto, a cadeia de eventos conhecida como Primavera Árabe, iniciada em 2011, vem alterando a situação geoestratégica no mundo árabe. A posição iraniana passou a ser abalada, em grande medida, a partir do momento que a Síria – histórica aliada regional do Irã – teve sua revolta interna transformada em uma guerra civil devido ao alto nível de penetração externa, cujos lados do conflito seguem à polarização dos campos regionais que disputam a supremacia do Oriente Médio.

Assim, o presente artigo busca explorar a relação do Irã com o Eixo de Resistência e quais foram os principais impactos das revoltas árabes para a posição do Irã no Oriente Médio. Como hipótese, argumenta-se que o conflito na Síria foi agravado e internacionalizado por motivo de afetar todo o elo de atores relacionados ao Irã, visando a enfraquecê-lo. Tal estratégia eventualmente tornou a posição iraniana mais vulnerável à medida que se agravava o problema sírio. Isto, em consonância com as diversas sanções impostas contra o Irã, é um dos principais motivos para uma mudança nos rumos da política externa atual do país a favor da moderação, como vem sendo pregado pelo presidente Hassan Rouhani.

Este artigo também pretende aprofundar a discussão já existente sobre o assunto da interferência externa na guerra síria como pretexto para enfraquecer o Irã. Já há uma variedade de textos e artigos, em inglês, em sua quase total maioria, que exploram e comprovam a presença da Arábia Saudita, bem como de seus aliados, no conflito sírio. Isso seria motivado, principalmente, pelo fato dos sauditas estarem envolvidos em uma situação de rivalidade regional com o Irã, com ambos os países disputando influência no Oriente Médio.

Entretanto, o objetivo deste artigo é adicionar um elemento novo além da constatação de que existe tal disputa regional e que é objetivo saudita o enfraquecimento do Irã. O que se pretende é demonstrar que, de fato, a Síria é historicamente fundamental na estratégia iraniana por compor o Eixo de Resistência, e que, conseqüentemente, o conflito em seu território veio sim enfraquecer a posição regional de Teerã, a qual era ascendente até antes de tais eventos.

A fim de alcançar tais objetivos, trabalha-se com a revisão e análise de três tipos de bibliografia: as referentes à composição do Eixo de Resistência entre Síria, Irã e outros importantes atores regionais, como Goodarzi (2009), Hirst (2010), Cordesman (2013) e Mohns e Bank (2012); as que discorrem sobre o conflito regional entre Arábia Saudita e Irã, obras de Chubin (2012), Gause III (2014), Terrill (2011); e as relacionadas à presença de forças exteriores à Síria na disputa em seu território, como a ampla análise de Bandeira (2013). Ponderadas em conjunto, traça-se uma análise que vai além da constatação do embate regional existente: identifica-se a centralidade da Síria para o Irã e como, exatamente, seu enfraquecimento é também um enfraquecimento iraniano.

A estrutura do artigo é dividida em três momentos. Primeiramente, é buscado o contexto histórico onde se formaram as relações entre o Irã e os outros principais componentes do Eixo de Resistência: a Síria, o Hezbollah e o Hamas, explorando a lógica que fez tais atores aproximarem-se política e militarmente nos anos 1980. Em um segundo momento, tais relações são analisadas contemporaneamente e colocadas sob a ótica da doutrina militar iraniana, identificando-as como parte importante da estratégia de defesa do Irã. Por fim, será analisado como a crise na Síria afeta o Irã, quem a explora e quais são as conseqüências, até o momento, desses desenvolvimentos para a estratégia do Irã no Oriente Médio, bem como para sua política externa.

### **A formação histórica do Eixo de Resistência**

A região do Oriente Médio tem apresentado desde o começo dos anos 2000 uma polarização clara entre dois grupos de países. De um lado, estão os Estados que prezam pelo status quo regional e apoiam as políticas do Ocidente, principalmente dos EUA, como o Egito, a Arábia Saudita, a Jordânia e Israel. Do outro lado, os países e atores que antagonizam a hegemonia ocidental e a contestam, como o Irã, a Síria, o Hezbollah libanês e o Hamas palestino, compondo o chamado Eixo de Resistência.

A despeito da contemporaneidade do Eixo de Resistência, essas alianças se desenvolveram e se cristalizaram no decorrer dos anos 1980. Em geral, a lógica que permeou

a aproximação de todos os atores citados no campo anti-hegemônico foi a mesma: uma convergência de interesses devido a todos possuírem inimigos em comum. Assim, formou-se uma aliança que é, sobretudo, política, não sendo um instrumento de segurança coletiva. Importa ressaltar que apesar dos objetivos e interesses em comum, em termos de ideologia e constrangimentos práticos os atores do Eixo diferem substancialmente (MOHNS; BANK, 2012): apesar de alguns terem mais capacidades que outros, como o Irã principalmente, todos os constituintes buscam seus próprios objetivos e tomam decisões benéficas a si, não havendo um controle hegemônico por parte de um dos lados. Como Mohns e Bank apontam (2012: 26), “a ideia do consenso militante do Eixo de Resistência é exagerada e exclui problemas internos que seus membros possuam”.

O desenvolvimento da relação entre a Síria e o Irã pós-revolução de 1979 foi uma resposta aos desafios enfrentados por ambos os países frente ao Iraque, Israel e EUA no Levante e no Golfo Pérsico durante os anos 1980. Segundo Goodarzi (2009), a aliança surgida entre Damasco e Teerã foi essencialmente defensiva, tendo emergido diretamente como resposta aos atos de agressão do Iraque em 1980 contra o Irã e por Israel em 1982 contra o Líbano, como se demonstra a seguir.

Logo após a derrubada do Xá, o novo regime iraniano mudou radicalmente sua política externa, não só rompendo relações com Israel, como também incentivando outras revoltas xiitas pelo Oriente Médio a fim de exportar seu modelo revolucionário. Por sua vez, a Síria encontrava-se isolada na região: de um lado, rivalizava com o Iraque de Saddam Hussein, e, de outro, havia rompido relações com o Egito após a aproximação deste com Israel e dos Acordos de Camp David. O regime sírio de Hafez al-Assad viu no Irã a chance de ganhar um novo aliado dado sua nova postura, com Teerã então substituindo o lugar antes ocupado pelo Egito. Por essa razão, a Síria foi o primeiro país árabe a reconhecer a República Islâmica, além de ter prontamente apoiado a tomada da embaixada dos EUA por militantes islâmicos iranianos em 1979.

O Irã também reconheceu os ganhos de se aproximar da Síria, aceitando os sinais de aproximação de Damasco. A nova República Islâmica entrava em choque com o Iraque ao norte, que acusava Teerã de incitar uma revolução xiita em território iraquiano, e era culpada pelas monarquias do Golfo pelas manifestações populares que ocorriam em seus países, principalmente na Arábia Saudita. Rapidamente, o Irã passou a ser visto por seus vizinhos como um foco de instabilidade a ser contido. Cada vez mais isolado na região, a Síria era o único Estado árabe que lhe sinalizava positivamente.

Visando a se aproveitar da situação de fragilidade interna pós-revolução no Irã, Saddam Hussein dava indícios de que a única forma de neutralizar a ameaça iraniana e garantir a supremacia do Iraque no Golfo era entrar em guerra contra Teerã (GOODARZI, 2009). No dia 22 de setembro de 1980, as tropas iraquianas invadiram o Irã. Iniciada a guerra, a Síria foi o único Estado árabe a culpar o Iraque e apoiar o Irã. O regime de Assad mandou diversos carregamentos de armas soviéticas a Teerã através de ponte aérea, fornecendo também treinadores militares e dados de inteligência sobre as capacidades de Bagdá. Além de apoiar o Irã militarmente, a Síria atuou na Liga Árabe bloqueando a formação de uma frente diplomática árabe unida que culpasse o Irã e apoiasse o Iraque. Além disso, em abril de 1982, Damasco decidiu fechar o oleoduto trans-sírio IPC (*Iraq Petroleum Company*) que passava pelo seu território e que era originário do Iraque, diminuindo os lucros iraquianos com exportação pela metade durante a guerra. Desta forma, a Síria se mostrou fundamental para o Irã conseguir virar a sorte contra o Iraque, o que ocorreu entre 1981-82.

A contrapartida à ajuda síria ao Irã foi entregue por Teerã em 1982, quando da invasão israelense ao território libanês durante a Operação Paz na Galileia – a qual se iniciou no dia 7 de junho daquele ano. Desta vez, foram os iranianos que vieram à ajuda da aliada, frustrando os planos traçados por Tel Aviv e Washington de reconfiguração política para o Líbano.

Foi neste momento que as relações entre a Síria e o Irã se entrelaçaram com as do Hezbollah, milícia xiita libanesa criada sob os auspícios sírios e iranianos. Após ter enfrentado o exército israelense de maneira direta com suas próprias Forças Armadas, sofrendo grandes perdas, Assad decidiu seguir uma nova estratégia para deter a invasão de Israel: utilizando-se de seus dois aliados, a URSS e o Irã, Damasco planejava criar um novo “escudo e espada”. A ideia do “escudo” seria a reconstrução das forças convencionais sírias com equipamento militar. Ao mesmo tempo, a “espada” de Assad estaria sendo constituída com ajuda iraniana junto à comunidade xiita no Líbano, que se localizava ao sul do país (HIRST, 2010). A ideia era criar uma guerrilha que travesse uma guerra irregular de atrito contra a ocupação inimiga.

Já havia uma milícia xiita que lutava no Líbano, a Amal, sigla em árabe para Movimento dos Desapropriados, a qual mantinha boas relações com a Síria. Entretanto, o Irã, além de ver tal movimento como um *proxy* sírio, discordava de suas ideias, visto que este não era um grupo religioso, e sim laico, que também tinha problemas com os palestinos<sup>3</sup>. Desta

---

<sup>3</sup> A origem dos problemas da Amal contra os palestinos repousa no fato de que estes, ao serem expulsos da Jordânia em 1970, localizaram-se no Líbano, onde passaram a trabalhar para criar um Estado dentro de um Estado, desestabilizando o já frágil tecido social libanês. Além disso, a presença da OLP no Líbano foi um dos  
BJIR, Marília, v. 4, n. 1, p. 71-91, jan/abr. 2015

forma, Teerã decidiu armar uma nova milícia na região do Vale do Beqaa, na cidade de Baalbek, região situada perto da fronteira síria.

A partir de sua formação em 1982, o grupo que já passava a combater a presença estrangeira no Líbano adotou o nome de Hezbollah, Partido de Deus em árabe. Entretanto, sua existência formalizou-se apenas em 1985, quando o Hezbollah publicou sua “Carta Aberta para os Oprimidos do Líbano e do Mundo” segundo as orientações do Aiatolá Khomeini, Supremo Líder iraniano (HIRST, 2010). O texto apresentava os dois objetivos principais do grupo: estabelecer uma ordem islâmica no Líbano segundo o modelo iraniano da “Tutela do Jurisprudente” (*Wilayat al-Faqih*), declarando obediência ao *Wali*, o Líder Supremo iraniano, e desencadear uma jihad contra Israel, objetivo esse que acabou ganhando precedência sobre o primeiro (HIRST, 2010)

O efeito da estratégia da “espada” síria foi sentido por Israel. O exército israelense teve de enfrentar um inimigo inteiramente novo, ao qual ele não estava habituado a lutar contra. Tel Aviv não possuía sequer uma doutrina militar que abrangesse respostas a esse tipo de guerra de guerrilha (HIRST, 2010). Devido aos altos custos do atrito e a progressiva perda de legitimidade da operação militar – principalmente após os massacres nos campos palestinos de Sabra e Shatila –, Israel começou a se retirar do Líbano em 6 de junho de 1985.

Israel, entretanto, temendo que uma revolução islâmica aos moldes do Irã pudesse ocorrer em seu vizinho ao norte, não se retirou completamente e permaneceu ocupando uma “faixa de segurança” no sul do Líbano, onde permaneceu até o ano 2000. Porém, foi a permanência israelense em solo libanês, na área de predominância xiita, que deu ao Hezbollah a possibilidade de se fortalecer e prosperar, “enchendo-o de legitimidade nacional na medida em que deu razão para que eles continuassem sua jihad, central para sua *raison d’être*” (HIRST, 2010: 204). Tal posição ficou clara após o fim da guerra civil libanesa em 1989, quando se assinaram os Acordos de Taif, que passavam as diretrizes para o encerramento do conflito: ainda que tenha sido clamado para que todas as milícias se desarmassem e se desfizessem, o Hezbollah, com apoio sírio e iraniano, permaneceu existindo, já que tomava para si a missão de resistir à ocupação de Israel.

Cabe agora tratar de como o Irã aproximou-se do Hamas. No ano de 1987, eclodia a primeira Intifada palestina, uma revolta contra a ocupação israelense dos territórios invadidos após a guerra de 1967. À época, a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) era ainda a representante mais conhecida dos palestinos, sendo a facção do Fatah (acrônimo em árabe

---

principais motivos para Israel invadir o país em 1982, fazendo com que os palestinos também fossem vistos como culpados pelo que acontecera ao território libanês.

de Movimento de Libertação Nacional da Palestina) dominante, estando ligada a Yasser Arafat. Entretanto, a Intifada de 1987 despertou outra facção do movimento palestino localizada na Faixa de Gaza, o Hamas (acrônimo em árabe de Movimento de Resistência Islâmica), braço da Irmandade Muçulmana na Palestina, que decide participar da luta armada a partir de então.

Assim que a revolta eclodiu, o Irã rapidamente congratulou os manifestantes, apoiando-os e clamando por uma revolução Islâmica na Palestina. De acordo com Hirst (2010), Teerã percebia que o apoio aos palestinos era uma extensão natural da ajuda que já fornecia ao Hezbollah, legitimando-o através do discurso pan-islâmico e utilizando-se de tal para colocar-se como o novo campeão da causa palestina. A partir de então, passou a apoiar o Hamas financeira e militarmente, como já fazia com o Hezbollah.

Os eventos acima descritos expõem a dinâmica regional e a lógica que levou o Irã a aproximar-se da Síria, do Hamas e de ajudar na criação do Hezbollah. Desta forma, o apoio dos Estados árabes pró-Occidente e os ataques diretos de Israel e EUA depois dos eventos aqui descritos darão continuidade à aliança entre Irã, Síria, Hezbollah e Hamas, que verão um no outro não só uma forma de sobreviver à exclusão regional pela qual passam, mas também um apoio mútuo para adotar e manter uma posição de resistência às políticas hegemônicas de seus inimigos. Esta posição se constituirá em grande parte como a *raison d'être* do Eixo de Resistência.

### **A contemporaneidade do Eixo e a doutrina militar iraniana**

Os conflitos dos anos 1990, o fim da Guerra Fria e a Guerra ao Terror na primeira década do século XXI trouxeram alterações importantes para o cenário geopolítico do Oriente Médio. Apesar disso, as relações entre os membros do Eixo de Resistência permaneceram sólidas e se aprofundaram, em geral, até a Primavera Árabe. Além disso, como evidência de sua importância, o Irã particularmente utilizou-se de suas alianças regionais para moldar sua própria doutrina de defesa.

A Síria, sob o regime de Bashar al-Assad, filho de Hafez al-Assad, continua sendo o único Estado árabe aliado ao Irã. Apesar de ter sofrido pressão para que se distanciasse de Teerã, os laços sírio-iranianos se aprofundaram. O Irã tornou-se um grande fornecedor de armas e equipamentos militares ao regime sírio, além de garantir à Síria um suprimento de petróleo a preços mais baratos que os de mercado. Teerã também é responsável por mais da metade dos investimentos realizados no território sírio (MOHNS; BANK, 2012). Em troca, a

Síria tem mantido abertas as rotas que passam pelo seu território para que o Irã possa auxiliar econômica e militarmente o Hezbollah e o Hamas. Desta forma, a Síria permite que o Irã tenha uma participação no conflito Israel-Palestina, cuja importância para a política externa iraniana é grande. Ainda, em 2006, ambos os países assinaram seu primeiro pacto de defesa mútua bilateral (MOHNS; BANK, 2012).

Quanto a seus laços com o Hezbollah, o Irã teve importante papel para o aumento da capacidade militar e socioeconômica do grupo e para sua redefinição como resistência nacional, e não só xiita. Na arena social e econômica, o Hezbollah nos anos 1990 assumiu um papel de quase-Estado no sul do Líbano, oferecendo serviços sociais com eficiência e amplo escopo, em um contexto onde a presença estatal libanesa na região era historicamente fraca ou inexistente.

Na questão política, o Hezbollah manteve sua postura contra Israel, mas foi adotando uma postura cada vez mais pragmática e voltada para o próprio Líbano. À medida que o Hezbollah amadurecia como movimento, decidiu que, em vez de procurar derrubar o sistema secular e criar uma República Islâmica como o Irã, trabalharia dentro do existente para avançar sua causa. Assim, passou a buscar apoio da sociedade libanesa para seu jihad islâmico através de um projeto nacionalista e patriótico de resistência contra um poder externo invasor (HIRST, 2010). Teerã teve papel importante: foi Khamenei, sucessor de Khomeini, que auxiliou o grupo a decidir que o Hezbollah deveria combinar o jihad com atividades políticas. Daí vem a decisão de tornar-se um partido político convencional com uma agenda doméstica, ainda que continuasse sendo uma milícia armada (HIRST, 2010). No que tange à arena militar, cabe destacar que o Irã também teve participação-chave para a autoproclamada vitória do Hezbollah na guerra contra Israel em 2006.

No que tange ao Hamas, o Irã continuou apoiando publicamente a facção como a mais legítima para representar os palestinos e forneceu apoio financeiro e militar, algo de suma importância para quando ocorreu o conflito entre Israel e o Hamas na Faixa de Gaza entre o final de 2008 e o começo de 2009. A Síria também colaborou com o grupo depois que sua liderança política, baseada na Jordânia, foi expulsa pela monarquia hachemita em 1999. Dali em diante, a Síria ofereceu ao Hamas que instalasse seu centro de operações em Damasco, o que foi aceito pela facção palestina. Além de favorecer o próprio Hamas, a Síria aproveitava o gesto para demonstrar que seu apoio à causa palestina não era simples retórica, além de garantir uma forma a mais de influência sobre a política intra-Palestina e sobre o próprio conflito Israel-Palestina (MOHNS; BANK, 2012).

Em relação à doutrina de defesa iraniana e sua relação com o Eixo de Resistência, é necessário que se explique, primeiramente, a opção do Irã pelo uso de capacidades assimétricas para sua segurança, a qual tem a dissuasão como importante característica (WEHREY et al, 2009). De acordo com Cordesman (2013), Teerã dá importante ênfase a capacidades militares assimétricas, caracterizadas por serem empregadas para atacar, ameaçar ou pressionar, de uma forma que seja difícil de combatê-las diretamente ou evitá-las. Esse tipo de capacidades se torna importante ao Irã pelo fato de que seus possíveis agressores são Estados com superioridade tecnológica em capacidades convencionais, como os EUA, Israel ou as petromonarquias do Golfo.

Tais capacidades assimétricas incluem não só armas, mas também qualquer outro tipo de capacidade que seja utilizada de forma irregular e híbrida, indo desde armamentos baratos, leves, rápidos e em grande quantidade, até grupos armados não estatais que ajam de acordo com o interesse iraniano no Oriente Médio, os chamados “proxies”, como o Hezbollah<sup>4</sup>. Esses dois tipos de capacidades assimétricas – armamentos e os grupos armados não estatais – objetivam impor custos tão altos a um possível agressor que este será dissuadido de atacar, seja tanto pelo fato de ter de enfrentar uma guerra de atrito desgastante ligada ao território iraniano, quanto por tais grupos poderem retaliar contra outros países. Importa notar que esses atores não estatais ligados a Teerã também servem para diminuir o risco de uma escalada em caso de ação peremptória iraniana, visto ser de mais difícil detecção a ligação explícita e direta com o Irã (CORDESMAN, 2013).

Assim, são duas as principais esferas de ação assimétrica que o Irã manobra (CORDESMAN, 2013): o controle no Golfo Pérsico do Estreito de Ormuz – cuja ameaça de ser fechado por forças iranianas é factível – juntamente de uma guerra de atrito marítima e o uso de seus “proxies”. É comum na literatura que trata da defesa do Irã o uso do termo proxies, através do qual se entende uma subserviência de tais grupos aos mandos de Teerã. Entretanto, como Wehrey et al (2009) apontam, é necessário ressaltar que o termo é exagerado e impreciso, visto que os atores militares não estatais mais importantes que são ligados ao Irã, como o Hezbollah, levam em conta seus próprios interesses em primeiro lugar, e Teerã não os controla totalmente. Logo, o Irã possui imensa influência e persuasão frente

---

<sup>4</sup> É importante ressaltar que o Irã preza por esse tipo de capacidade devido à sua fraqueza em diversos aspectos em forças convencionais, que impedem que o país modernize suas capacidades militares tradicionais, sendo, então, uma necessidade dada sua posição atual. Isso se deve, principalmente, pelo grande número de sanções impostas a Teerã, com destaque para o embargo à venda de qualquer tipo de armas para o Irã, imposto pelo Conselho de Segurança da ONU em 2010.

aos seus aliados regionais, o que não garante, entretanto, uma lealdade inquestionável e um controle hegemônico sobre estes.

Inegavelmente, a rede de alianças e relações com grupos armados, além da Síria, dá ao Irã a capacidade em potencial de desferir guerras indiretas e de baixa intensidade contra inimigos ao mesmo tempo em que pode pressionar rivais regionais com ameaças de apoio a dissidentes (CORDESMAN, 2013). O apoio a tais atores tornou-se um componente importante de projeção de poder iraniano no Oriente Médio, contribuindo para sua estratégia de dissuasão ao oferecer, em caso de ataque ao seu território ou a seus interesses, a possibilidade de retaliações em toda a região.

Tal estratégia se cristalizou e se tornou ainda mais importante durante os anos 2000, quando o Irã passou a sentir-se pressionado e cercado pelos EUA na medida em que Washington colocava suas tropas no Iraque e no Afeganistão. Teerã respondeu cultivando forças anti-EUA em ambos os países, reforçando seu programa nuclear e passando a apoiar ainda mais o Hezbollah e o Hamas, “aumentando seu perímetro de segurança até o Levante” (CHUBIN, 2012: 9). Foi o aumento dessa presença iraniana na região e a resistência do Hezbollah contra Israel na guerra de 2006 que fez países como a Arábia Saudita propagarem a ideia de que haveria um arco xiita sendo criado, controlado pelo Irã, que se estenderia do Líbano e da Palestina até o Iraque. O Irã passou então a ser colocado como um inimigo maior que Israel (CHUBIN, 2012).

Dentro desta estratégia e dentre todas suas parcerias estratégicas do Eixo de Resistência, a Síria representaria “um posto de operações avançadas, um *buffer* estratégico e uma forma de projetar poder e influência no Levante” (CHUBIN, 2012: 30). Segundo Ayoob (2012: 86), a “Síria é o grande trunfo do Irã no mundo árabe; ela atua como um canal de condução para o Hezbollah, aumentando o potencial de Teerã de retaliação contra alvos estadunidenses e israelenses”.

O Hezbollah também é basilar na estratégia de Teerã no Levante e um recurso estratégico frente a Israel. A provisão de armas ao grupo demonstra a Tel Aviv a capacidade iraniana de retaliação em caso de ataque israelense, compondo parte da defesa avançada do Irã (CHUBIN, 2012). Segundo Cordesman (2013), o apoio iraniano ao Hezbollah excede 100 milhões de dólares ao ano, fornecendo mísseis de curto e longo alcance, milhares de foguetes, mísseis antinavios, além de outras tecnologias como Veículos Aéreos Não-Tripulados (VANTs) – também conhecidos como drones.

Já através do Hamas, o Irã conseguiu cruzar a fronteira de apoiar apenas grupos xiitas para apoiar-se numa base não sectária, mas política e que visasse à resistência antiocidental. Teerã dessa forma encontrou novos aliados e pontos de entrada no Levante, diversificando sua base de influência na região (CHUBIN, 2012). Na esfera pública, além de sempre apoiar o grupo contra Israel, o Irã também denunciava a falta de apoio dos outros países árabes à causa palestina.

Dessa forma, ficou claro como o Irã incorporou suas alianças do Eixo de Resistência à sua própria estratégia de defesa. A situação começou a mudar em 2011, quando as revoltas árabes engolfaram a Síria: sendo sabido pelos rivais regionais de Teerã da importância de Damasco para todo o Eixo de Resistência, aproveitaram-se da situação para transformar a crise síria em uma disputa regional a fim de enfraquecer a posição geoestratégica iraniana.

### **A crise Síria e o impacto para o Irã e o Eixo de Resistência**

A situação de crise na Síria teve início com manifestações populares pró-democracia, em março de 2011. Frente a isso, o governo respondeu com força, abrindo fogo contra alguns dos envolvidos. O movimento iniciou-se na cidade de Dar'a e logo se espalhou para outros centros urbanos do país, e, passado alguns meses, a oposição começou reivindicar a queda do regime de Bashar al-Assad.

Entretanto, devido a sua importância geoestratégica para a região, sendo peça chave no Eixo de Resistência, o conflito passou a sofrer com a interferência de potências externas contrárias a Damasco e Teerã, como a Arábia Saudita e o Qatar. Estes passaram a fornecer armas, treinamento e financiamento aos rebeldes contrários ao regime de Assad (AYOUB, 2012) para que, derrubando-o, tornassem um episódio da chamada Primavera Árabe em algo que servisse a seus próprios interesses: o enfraquecimento do campo aliado ao Irã. Assim, como afirma o autor recém-citado, a guerra civil na Síria transformou-se na manifestação de um conflito regional mais amplo, onde, de um lado, encontra-se o Irã e seus aliados e, de outro, a Arábia Saudita e as petromonarquias do Golfo com o apoio velado de Israel e da Turquia.

A Arábia Saudita seria o principal país da região a interessar-se pelo enfraquecimento do Irã. Isso se deve ao fato do país estar envolvido em uma disputa regional por influência com o regime em Teerã. De fato, Gause III (2014) afirma que o melhor quadro analítico para entender a política regional do Oriente Médio e seus atuais conflitos é uma guerra fria entre o

Irã e a Arábia Saudita<sup>5</sup>. Segundo tal autor, ambos os países não estariam confrontando um ao outro militarmente, mas estariam envolvidos em “uma disputa por influência que se dá nos sistemas políticos domésticos dos Estados mais fracos da região. É um embate sobre a direção da política doméstica do Oriente Médio, mais que puramente um conflito militar” (GAUSE III, 2014: 1)<sup>6</sup>.

Tal disputa regional, para Gause III (2014), se materializaria dentro dos Estados mais fracos política e institucionalmente (Síria, Líbano e Iraque, por exemplo) e ocorreria justamente pelo enfraquecimento do poder central nestes países. Segundo ele, “a fraqueza ou o desmoronamento da autoridade estatal cria um vácuo político doméstico em que atores externos são arrastados para dentro” (GAUSE III, 2014: 8). Assim, atores domésticos envolvidos em uma disputa pelo poder nacional procurariam aliados regionais que os apoiassem com dinheiro, armas e suporte diplomático, ou mesmo ideológico – e este seria o ponto principal desta nova guerra fria entre Riad e Teerã: ser capaz de apoiar efetivamente grupos aliados dentro de conflitos domésticos em outros Estados a fim de conquistar posições estratégicas (GAUSE III, 2014).

Esse enfraquecimento dos Estados da região teria se iniciado com o Iraque, quando da invasão dos EUA em 2003, e depois se intensificado com os anos da Guerra ao Terror na região, culminando com o desmoronamento de instituições domésticas de certos países durante a Primavera Árabe, processo ainda intensificado pelo elevado grau de interferência externa nestes conflitos. Desta forma, para Gause III (2014), teria se formado um arco de instabilidade que se materializou de forma mais concreta desde o Líbano até o Iraque nos dias atuais. Tal instabilidade, que apesar de não ter sido criada pela Arábia Saudita e pelo Irã, foi aproveitada por tais países para que estes transpusessem sua disputa regional para dentro destes Estados (GAUSE III, 2014).

Através desta perspectiva, Henderson (2014) afirma que Abdullah, rei da Arábia Saudita, desenvolveu uma política clara de orquestrar a queda de Assad em Damasco como

---

<sup>5</sup> Como é apontado pelo próprio autor, sua referência a uma guerra fria entre sauditas e iranianos se deve às similaridades da situação atual da região com aquela dos anos 1950 e 1960, quando ocorria a chamada “guerra fria Árabe” entre o campo de regimes seculares – como o Egito de Nasser, além da Síria e Iraque – e o campo de petromonarquias conservadoras e não laicas – como Arábia Saudita e Jordânia.

<sup>6</sup> De acordo com Terrill (2011), tal embate é cautelosamente observado tanto pelo Irã quanto pela Arábia Saudita para que não resulte em um conflito armado direto. Essa cautela se daria por dois motivos principais. Primeiramente, porque Teerã, também ameaçada pelos EUA, evitaria confrontar os sauditas ao ponto em que eles clamariam pelo apoio armado de Washington. O outro motivo seria proveniente do lado saudita, que entenderia que por ser uma monarquia conservadora e hereditária, pressionar o Irã demasiadamente levá-lo-ia a cometer atos de hostilidade diretos e indiretos – sendo que esses últimos poderiam se dar através de disputas internas dentro da Arábia Saudita, fomentadas por Teerã contra o regime político saudita vigente.

forma de forçar um revés estratégico para o Irã. Assim que a revolta na Síria intensificou-se em 2011, a inteligência saudita passou a apoiar a oposição sunita síria, principalmente seus elementos mais radicais, estratégia a qual foi guiada pelo antigo embaixador da Arábia Saudita nos EUA, o príncipe Bandar bin Sultan (HENDERSON, 2014).

Bandeira (2013: 383) também afirma que a “Síria converteu-se outra vez na arena de rivalidades regionais e internacionais, a refletir as transformações políticas que ocorriam na região”, trazendo ampla gama de fontes que comprovam o papel das petromonarquias do Golfo – principalmente da Arábia Saudita – de armar os insurgentes radicais na Síria. Já em maio de 2012, o jornal Washington Post revelava que os rebeldes sírios recebiam cada vez mais armamentos pagos pelos países do Golfo Pérsico, cuja distribuição se dava com auxílio do serviço de inteligência da Turquia (DeYOUNG: SLY, 2012).

Dentre outras fontes trazidas por Bandeira (2013) da interferência das petromonarquias, há o fato do antigo emir do Qatar, Shaykh Hamad bin Khalifa al-Thani, ter defendido publicamente o envio de tropas árabes para a Síria. Em 2012, mais de 10.000 líbios estariam sendo treinados na Jordânia para participar da guerra na Síria, recebendo cerca de mil dólares por mês da Arábia Saudita e do Qatar (RT, 2012). O próprio New York Times relatou o envio de engradados com material bélico para os rebeldes, oriundos da firma ucraniana Lugansk Cartridge Works (LCW), que teriam sido compradas originalmente pela Royal Saudi Arabian Land Forces e depois reenviadas à Síria (CHIVERS, 2012). O mesmo jornal apontou que os armamentos mais letais, entretanto, eram enviados pela Arábia Saudita aos grupos rebeldes mais radicais da Síria (SANGER, 2012). A própria revista estadunidense Time apontou a Arábia Saudita e o Qatar como os financiadores internacionais dos rebeldes sírios (ABOUZEID, 2012).

As potências extrarregionais também responderam ao conflito na Síria. De um lado, os EUA e outros aliados ocidentais aproveitaram a oportunidade de transformar a guerra síria em um sangradouro iraniano. Sabendo da proximidade entre Damasco e Teerã, Washington apoiou uma mudança de regime a fim de derrubar Assad do poder. A despeito de entenderem o papel da Síria como condutora de ajuda iraniana ao Hezbollah e ao Hamas, os EUA evitaram realizar uma nova intervenção militar direta no Oriente Médio. Durante um momento em que Washington procura se desengajar cautelosamente da região para realizar seu pivô para a Ásia<sup>7</sup>, o envio de tropas para o solo sírio poderia fazer surgir um desafio ainda

---

<sup>7</sup> A ideia do pivô para a Ásia por parte dos EUA consiste no intuito deste de focar seus recursos e planejamentos estratégicos na região do Pacífico, desengajando-se de custosas guerras e conflitos em regiões como o Oriente Médio. Isso seria necessário devido à percepção por parte de Washington de que será esta região do mundo a BJIR, Marília, v. 4, n. 1, p. 71-91, jan/abr. 2015

pior que o enfrentado no Iraque. Assim, os EUA vêm aproveitando o prolongamento do conflito, perpetuado por seus aliados regionais, para que o Irã tenha de responder a ele e gaste seus próprios recursos, já limitados graças às sanções impostas contra seu país. Logo, Washington espera que o Irã, sob a ameaça de perder sua aliada e a consequente ligação com grupos como o Hezbollah, amenize sua posição confrontacionista e tenha seu poder de barganha diminuído.

A Rússia e a China, por sua vez, vêm resistindo às pressões do Ocidente para que pressionem Assad a deixar o poder, já tendo vetado todas as resoluções do Conselho de Segurança da ONU que impusessem sanções contra a Síria ou que abrissem uma possibilidade de extrapolação do mandato como ocorrera na Líbia em 2011, quando da intervenção da OTAN contra o regime de Muammar Qadafi. Tanto Moscou quanto Pequim clamam para que haja mudanças na constelação política síria, mas versam que isso seja feito através de um esforço interno, sem interferência externa (AYOOB, 2012).

Devido à fundamental importância da Síria para o Irã, Teerã teve de responder ao conflito sírio que se transformava em uma disputa regional. Por isso, como apontado por Mohns e Bank (2012), desde o começo da revolta na Síria, o Irã deu suporte incondicional ao regime de Assad. Ainda que no começo da Primavera Árabe tenha apoiado as revoltas populares da região, comparando-as com sua própria revolução em 1979, Teerã mudou de tom a partir da eclosão do problema na Síria. Desde então, teme que um novo governo que suceda Assad seja ligado aos interesses sauditas e do Golfo, bem como aos do Ocidente, e que este vá reconsiderar sua política externa, principalmente em relação à aliança estratégica com o Irã e com o Hezbollah, interrompendo o fluxo de armas e dinheiro iranianos. Como indica Chubin (2012), a própria presença estratégica do Irã no Levante está em jogo com o problema na Síria.

O apoio que o Irã tem dado a Síria desde 2011 para sustentar Assad no poder tem se mostrado muito custoso, tanto em termos materiais quanto em termos para sua reputação regional – que teria sofrido por postar-se ao lado do regime sírio, visto como ilegítimo pela maioria das populações da região (KECK, 2014). O confronto na Síria estaria sendo chamado “por muitos em Teerã como o Vietnã” iraniano (KECK, 2014). Entretanto, o Irã tem consciência de que os custos de perder a Síria seriam ainda maiores: possivelmente se romperia o Eixo de Resistência que Teerã passou anos cultivando.

---

chave dos maiores desenvolvimentos políticos e econômicos no futuro próximo. Ver artigo de Hillary Clinton (2011) para a Foreign Policy, “*America’s Pacific Century*”, em: <[http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/10/11/americas\\_pacific\\_century](http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/10/11/americas_pacific_century)>.

É por isso que Keck (2014) afirma que a Primavera Árabe estaria sendo um tipo de “pesadelo” ao Irã, fazendo referência ao risco que o Irã corre ao perder um aliado na Síria. Além disso, o autor ainda considera que os atuais problemas no Iraque, proporcionados através do avanço do Estado Islâmico do Iraque e da Síria (EIS), agora somente Estado Islâmico (EI), também colocam a posição iraniana em risco. Não só Teerã perderia um regime amigável em Bagdá, que foi cultivado desde a subida de Nouri Al-Maliki como Primeiro-Ministro no Iraque (HEYDARIAN, 2012), como mais uma barreira seria colocada entre o Irã e a Síria/Levante através de um governo iraquiano novamente hostil a Teerã.

O Hezbollah, por sua vez, também veio prestar ajuda ao regime aliado de Assad, tendo da mesma forma alterado o discurso inicial em relação à Primavera Árabe. Segundo o partido político do grupo, os movimentos originados na Tunísia e que se espalharam pelo Egito e pelo Oriente Médio seriam mais um exemplo de revolução islâmica contra dirigentes opressivos. No entanto, a partir do momento em que os protestos na Síria se tornaram violentos e o conflito se internacionalizou, o Hezbollah apoiou totalmente Assad, e o próprio Nasrallah, líder do movimento, apoiou a visão iraniana de que “o problema sírio é apenas mais uma arena da batalha mais ampla pelo Oriente Médio entre o Eixo de Resistência e os Estados árabes pró-Occidente” (MOHNS; BANK, 2012: 30). Desde 2013, o Hezbollah oficialmente declarou estar presente na Síria lutando ao lado do exército nacional, tendo ganhado batalhas importantes ao lado do regime de Assad, como na cidade de Qusayr em maio de 2013. Como os autores recém-citados apontam, o risco de ter suas rotas de suprimento rompidas por um novo regime sunita sírio, a perda de sua profundidade estratégica na Síria e o consequente enfraquecimento de sua capacidade dissuasória frente a Israel explicam a postura do Hezbollah de proteger o regime atual de Damasco. Assim, esperam evitar que mudanças políticas no Estado vizinho venham impor ao grupo constrangimentos que limitem sua capacidade de afetar as dinâmicas regionais.

Outros políticos no Líbano, e até mesmo alguns membros das fileiras mais baixas do partido do Hezbollah, criticam a posição tomada (CHUBIN, 2012). Formando-se como uma milícia para combater Israel durante sua invasão ao território libanês, o Hezbollah manteve suas armas sob o pretexto de ter se tornado um movimento nacional para proteção do Líbano contra Tel Aviv. Críticas à milícia já haviam se iniciado após a retirada quase total de Israel do Líbano em 2000, intensificadas a partir do momento em que o Hezbollah oficialmente adentrou na Síria: segundo sua oposição interna, o grupo não deveria estar apoiando o regime de Assad, visto que este é responsável apenas pela proteção do Hezbollah em si, e não do

Líbano como um todo. O Hezbollah, por sua vez, afirma o contrário, apontando para o fato de que a queda de Assad mudaria a geopolítica regional, colocando mais uma vez o Líbano sob o risco de dominação israelense.

Finalmente, no que tange ao Hamas, é possível identificar um rompimento no Eixo de Resistência graças ao problema na Síria. A liderança do movimento palestino baseada em Damasco foi pressionada para que apoiasse o regime de Assad assim que o movimento se tornou violento e a interferência externa acentuou-se. Entretanto, diferente do Hezbollah e do Irã, o Hamas, liderado por Khaled Mashal, evitou comprometer-se ao apoiar Assad por temer que fosse perder legitimidade frente ao povo palestino – processo semelhante ao qual o Hezbollah enfrenta ao ter assumido o posto ao lado da Síria. O Hamas tentou posicionar-se afirmando que não interferiria em assuntos internos sírios, visto que sua aliança era puramente contra um inimigo em comum – Israel. Entretanto, ao continuar sendo pressionado pela Síria e pelo Irã, que supostamente diminuiu a ajuda financeira ao grupo, o Hamas decidiu abandonar a base em Damasco e seus líderes espalharam-se por outros países árabes ou voltaram para Gaza (MOHNS; BANK, 2012).

Com o afastamento do Hamas em relação ao Eixo de Resistência, as petromonarquias do Golfo rapidamente aproximaram-se deste grupo, principalmente o Qatar. Junto da Arábia Saudita, passaram a pressionar a facção palestina por maior moderação frente a Israel e por uma reaproximação com o Fatah. O cortejo ao movimento teve papel fundamental para que, em fevereiro de 2012, Khaled Mashal assinasse em Doha um acordo com Mahmoud Abbas, presidente da Autoridade Palestina e líder do Fatah, para formar um governo temporário de tecnocratas (MOHNS; BANK, 2012). Além disso, o Qatar e Egito trabalharam juntos para reconciliar o Hamas com a monarquia hachemita da Jordânia. Ainda que o acordo entre o Fatah e o Hamas não tenha seguido como planejado, este aponta para uma mudança significativa no Eixo de Resistência que é sintomática de alterações na balança de poder regional ainda em curso. Segundo Chubin (2012), o Irã teria trocado o apoio financeiro na Palestina para o grupo Jihad Islâmico e, em Damasco, para outro grupo palestino lá baseado, a FPLP (Frente Popular para a Libertação da Palestina). Este último continua em território sírio, apoiando Assad e contribuindo no esforço de guerra ao lado do exército nacional.

### **Considerações Finais**

O Irã protagonizou durante os anos 1980 a formação de uma aliança política que objetivava contestar a posição hegemônica dos EUA na região e antagonizar seus aliados pró-

Ocidente. Agora, entretanto, Teerã enfrenta um novo desafio: como resultado da internacionalização do conflito na Síria, o Eixo de Resistência vê-se ameaçado por rivais que perceberam a oportunidade de enfraquecer um dos campos que disputa a região do Oriente Médio.

Teerã tem reagido de maneira predominantemente defensiva aos eventos desencadeados a partir de 2011, não conseguindo moldá-los de uma forma que satisfaça seus próprios interesses. O Eixo de Resistência encontra-se em um dos momentos de maior vulnerabilidade de sua história. Além da defecção do Hamas, o fato de o Irã, de a Síria e de o Hezbollah estarem tendo que usar seus recursos na luta síria diminui a capacidade dissuasória do Eixo como instrumento assimétrico de retaliação. Ademais, a possibilidade de queda do regime de Assad e a substituição por um governo sunita – apoiado pelas petromonarquias do Golfo – que rompa as relações entre o Eixo pioraria a situação estratégica do Irã e do Hezbollah de forma sem precedentes. Como fator de maior complicação, o efeito das sanções impostas contra o Irã surtiu efeito de pico em 2012-2013, completando o sufocamento internacional a Teerã.

Fica clara a posição de vulnerabilidade pela qual o Irã passa nos últimos anos. Esta é uma das explicações mais plausíveis para a eleição de Hassan Rouhani na metade de 2013, que prometeu a normalização das relações do Irã com o resto do mundo e a moderação na política externa, diferente de seu predecessor, Mahmoud Ahmadinejad. De fato, em discurso na Assembleia Geral da ONU no mesmo ano, o novo presidente iraniano sinalizou ao Ocidente que estaria aberto às negociações, o que levou ao contato direto entre os presidentes dos EUA e do Irã, algo que não ocorria desde 1979, com uma ligação de Obama a Rouhani. Isso ainda induziu à renovação das negociações do P5+1 – grupo dos cinco países com assento permanente no Conselho de Segurança da ONU mais a Alemanha – a respeito do programa nuclear iraniano, agora com novo ímpeto.

O plano de Washington de deixar os recursos iranianos se esvaírem através da Síria e das sanções, a fim de que o país perca capacidade de barganha, parece ter surtido efeito em certa medida. Uma alteração na política externa iraniana pode estar ocorrendo sem que tenha sido necessária uma intervenção militar, conforme a administração Obama parece ter esperado. Um Irã moderado e pragmático serve aos interesses dos EUA na região, principalmente no que tange à estabilização do Afeganistão e do Iraque – algo que é de interesse de ambos os países, visto que tanto Teerã quanto Washington se beneficiaria de uma cooperação tácita para conter a crescente onda de radicalismo que emana do conflito na Síria

e no Iraque – ainda mais necessário agora dado o extremismo do Estado Islâmico. Tal acomodação entre Irã-EUA traria impactos tanto a nível global, por tornar o pivô para a Ásia dos EUA mais factível na medida em que se corta custos de engajamento de Washington no Oriente Médio, quanto a nível regional, refletindo na continuação ou não do Eixo de Resistência como hoje ele se constitui e na forma como o Irã passará a se portar na região e em relação a seus atuais rivais.

A fim de obter um maior entendimento da situação e das possibilidades por ela desencadeada, é necessário ainda que se monitore o papel que Rússia e China exercerão – as quais se aproximaram para evitar que na Síria ocorresse algo semelhante à Líbia, barrando diversas resoluções no Conselho de Segurança da ONU e contrapondo as políticas estadunidenses. Além disso, importa também manter em observação as reações de aliados de Washington a tal distensão EUA-Irã – bem como suas tentativas de impedir que isso ocorra – como Israel e Turquia, esta última que também vem se desgastando com a crise síria e com o Estado Islâmico.

De qualquer maneira, os efeitos dessa possível mudança na relação Irã-EUA ainda estão em aberto, visto que dependem da possibilidade de um acordo final e definitivo sobre o programa nuclear iraniano e do resultado do conflito na Síria.

## Referências Bibliográficas

- ABOUZEID, Rania. **Syria's Secular and Islamist Rebels: Who Are the Saudis and Qataris Arming?** Time, 18 de setembro de 2012. Disponível em: <http://world.time.com/2012/09/18/syrias-secular-and-islamist-rebels-who-are-the-saudis-and-the-qataris-arming/>. Acesso em 29 de ago. de 2014.
- AYOOB, Mohammed. The Arab Spring: Its Geostrategic Significance. **Middle East Policy**, v. XIX, n. 3, outono 2012.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A Segunda Guerra Fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- CORDESMAN, Anthony H. **US-Iranian Competition: The Gulf Military Balance – I. The Conventional and Asymmetric Dimensions**. CSIS (Center for Strategic and International Studies), 6 de janeiro de 2013. Disponível em: [http://csis.org/files/publication/120221\\_Iran\\_Gulf\\_MilBal\\_ConvAsym.pdf](http://csis.org/files/publication/120221_Iran_Gulf_MilBal_ConvAsym.pdf). Acesso em 22 de fev. de 2014.
- CHIVERS, C. J. **What a Crate in Syria Says About Saudi Help to the Rebels**. The New York Times, At War Blog, 11 de outubro de 2012. Disponível em: [http://atwar.blogs.nytimes.com/2012/10/11/what-a-crate-in-syria-says-about-saudi-help-to-the-rebels/?\\_php=true&\\_type=blogs&\\_r=0](http://atwar.blogs.nytimes.com/2012/10/11/what-a-crate-in-syria-says-about-saudi-help-to-the-rebels/?_php=true&_type=blogs&_r=0). Acesso em 29 de ago. de 2014.
- CHUBIN, Shahram. **Iran and the Arab Spring: Ascendancy Frustrated**. GRC (Gulf Research Center) Gulf Papers, setembro de 2012. Disponível em: [http://carnegieendowment.org/files/Iran\\_and\\_Arab\\_Spring\\_2873.pdf](http://carnegieendowment.org/files/Iran_and_Arab_Spring_2873.pdf). Acesso em 23 de fev. de 2014.
- DeYOUNG, Karen; SLY, Liz. **Syrian rebels get influx of arms with gulf neighbors' money, U.S. coordination**. The Washington Post, 15 de maio de 2012. Disponível em: [http://www.washingtonpost.com/world/national-security/syrian-rebels-get-influx-of-arms-with-gulf-neighbors-money-us-coordination/2012/05/15/gIQAds2TSU\\_story.html](http://www.washingtonpost.com/world/national-security/syrian-rebels-get-influx-of-arms-with-gulf-neighbors-money-us-coordination/2012/05/15/gIQAds2TSU_story.html). Acesso em 29 de ago. 2014.
- GAUSE III, Gregory F. **Beyond Sectarianism: The New Middle East Cold War**. Doha: Brookings Doha Center, julho de 2014. Disponível em: <http://www.brookings.edu/~media/research/files/papers/2014/07/22%20beyond%20sectarianism%20cold%20war%20gause/english%20pdf.pdf>. Acesso em 29 de ago. de 2014.
- GOODARZI, Jubin M. **Syria and Iran: diplomatic alliance and power politics in the Middle East**. Londres: I. B. Tauris, 2009.
- HENDERSON, Simon. **The Battle for Iraq is a Saudi War on Iran**. Foreign Policy, 12 de junho de 2014. Disponível em: [http://www.foreignpolicy.com/articles/2014/06/12/iraq\\_mosul\\_isis\\_sunni\\_shiite\\_divide\\_iran\\_saudi\\_arabia\\_syria](http://www.foreignpolicy.com/articles/2014/06/12/iraq_mosul_isis_sunni_shiite_divide_iran_saudi_arabia_syria). Acesso em 29 de ago. de 2014.
- HEYDARIAN, Javad. **Iran Gets Close to Iraq**. The Diplomat, 24 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://thediplomat.com/2012/01/iran-gets-close-to-iraq/>. Acesso em 29 de ago. de 2014.

HIRST, David. **Beware of Small States: Lebanon, battleground of the Middle East.** Londres: Faber and Faber Ltd, 2010.

KECK, Zachary. **Iran's Middle East Nightmare.** The Diplomat, 10 de julho de 2014. Disponível em: <http://thediplomat.com/2014/07/irans-middle-east-nightmare/>. Acesso em 29 de ago. de 2014.

MOHNS, Erik; BANK, André. Syrian Revolt Fallout: End of the Resistance Axis? **Middle East Policy**, v. XIX, n. 3, outono 2012.

RT (Russia Today). **Made in Jordan: Thousands of gunmen preparing to enter Syria?** Russia Today, 23 de fevereiro de 2012. Disponível em: <http://rt.com/news/jordan-syria-intelligence-training-859/>. Acesso em 29 de ago. de 2014.

SANGER, David E. **Rebel Arms Flow is Said to Benefit Jihadists in Syria.** The New York Times, 14 de outubro de 2012. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2012/10/15/world/middleeast/jihadists-receiving-most-arms-sent-to-syrian-rebels.html?pagewanted=all>. Acesso em 29 de ago. de 2014.

TERRILL, Andrew W. **The Saudi-Iranian Rivalry and the Future of Middle East Security.** Carlisle: Strategic Studies Institute (SSI), dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?pubID=1094>. Acesso em 29 de ago. de 2014.

WEHREY, Frederic; et al. **Dangerous but not Omnipotent: Exploring the Reach and Limitations of Iranian Power in the Middle East.** RAND Corporation, 2009. Disponível em: [http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/monographs/2009/RAND\\_MG781.pdf](http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/monographs/2009/RAND_MG781.pdf). Acesso em 20 fev. 2014.

Recebido em: Abril de 2014;

Aprovado em: Setembro de 2014.